RESUMO EXPANDIDO - III. PESQUISA CIENTÍFICA RELACIONADA ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS

CONSTRUÇÃO DE WEBSITE PARA PROMOÇÃO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE E DIREITOS LEGAIS DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+

Gabriela Priscila Goveia Faria (ggpriscila@yahoo.com.br)

Thiago Quinellato Louro (thiagolouro@id.uff.br)

Introdução: A população LGBTQIAP+ enfrenta barreiras históricas, institucionais e estruturais no acesso aos serviços de saúde, caracterizadas pela invisibilidade crônica de suas demandas, discriminação nos serviços assistenciais e severa carência de profissionais capacitados para um atendimento humanizado. Embora o Brasil possua avanços normativos como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2011), a implementação efetiva dessas diretrizes esbarra em estigmas socioculturais arraigados, no preconceito institucional e na fragmentação da informação qualificada. Essa conjuntura de vulnerabilidade programática resulta no afastamento desse público dos serviços de saúde preventiva, elevando o sofrimento mental, o diagnóstico tardio de patologias e os índices de violência. Diante do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da consolidação da saúde digital, as ferramentas virtuais surgem como dispositivos estratégicos cruciais para a Educação Permanente

de trabalhadores e para o empoderamento dos usuários. Elas funcionam como ambientes seguros de acolhimento virtual que transcendem limitações geográficas, superam a escassez de serviços especializados locais e eliminam o receio do julgamento presencial, promovendo a cidadania através do acesso democratizado ao conhecimento. Objetivo: Desenvolver e implementar um website (Progressive Web App - PWA) inclusivo, destinado à promoção da informação em saúde e direitos legais voltado para a população LGBTQIAP+. Método: Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo metodológico onde o desenvolvimento tecnológico é conduzido pela técnica de prototipação cíclica estruturada em quatro etapas fundamentais começando pela comunicação para o levantamento de requisitos e mapeamento de evidências científicas seguida pelo planejamento rápido para a definição da arquitetura da informação e design centrado no usuário avançando para a construção do protótipo com o desenvolvimento na plataforma Fábrica de Aplicativos (Fabapp) com tecnologia PWA e finalizando com os testes iniciais para a avaliação preliminar de usabilidade e interface sendo que o referencial teórico-metodológico baseia-se em conceitos de equidade em saúde e nos marcos regulatórios do Sistema Único de Saúde (SUS). Resultados: O mapeamento realizado identificou uma lacuna significativa entre o texto legal e a percepção de direito pelo usuário sendo catalogadas 31 nomenclaturas de identidade de gênero oficialmente reconhecidas para uso profissional as quais foram incorporadas ao glossário do website. Os resultados preliminares estruturaram o website em três eixos principais integrando o eixo de saúde focado em acolhimento, saúde mental e orientações que superam o reducionismo das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o eixo jurídico composto por informativos sobre a criminalização da LGBTfobia (STF, 2019) e as novas atualizações da Lei de Injúria Racial (2023), e o eixo de cidadania contendo orientações práticas sobre o uso do nome social e retificação de documentos. A utilização da tecnologia PWA permite que o conteúdo seja acessado de forma rápida via smartphone sem ocupar memória excessiva do dispositivo o que facilita o acesso direto da população em situação de extrema vulnerabilidade. Conclusão: A criação do website configura-se como uma intervenção de enfermagem inovadora e capaz de democratizar o acesso à informação qualificada. O produto tecnológico atua como um facilitador da autonomia dos sujeitos, promovendo a cidadania e

auxiliando diretamente na redução da iniquidade assistencial no SUS. A ferramenta digital proposta não substitui o atendimento presencial tradicional, mas prepara o usuário para o serviço e educa o profissional para uma prática mais humanizada e resolutiva.

Palavras-chave: Informação em saúde; Pessoas LGBT; Políticas públicas de saúde

Referências

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

2. CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Políticas de saúde e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Physis, v. 28, n. 1, 2018.

3. FERREIRA, A. C. et al. Tecnologias digitais na promoção da saúde: potencialidades e desafios. Rev. Bras. Educ. Med., v. 44, 2020.

4. SAHIN, N. E. et al. Health status, health behaviours and healthcare access of LGBT. Journal of Advanced Nursing, 2019.

5. PARKER, R. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando uma epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

Introduction: The LGBTQIAP+ population faces historical, institutional, and structural barriers in accessing health services, which are characterized by the chronic invisibility of their demands, discrimination within care settings, and a severe shortage of professionals trained to provide humanized care. Although Brazil has achieved regulatory progress, such as the National Policy for the Integral Health of Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestis, and Transsexuals (2011), the effective implementation of these guidelines is hindered by deep-rooted sociocultural stigmas, institutional prejudice, and fragmented qualified information. This scenario of programmatic vulnerability distances this

population from preventive health services, which consequently increases psychological distress, delays pathology diagnoses, and raises violence rates. Given the advancement of Information and Communication Technologies (ICTs) and the consolidation of digital health, virtual tools emerge as crucial strategic devices for the permanent education of workers and the empowerment of users. They function as safe virtual welcoming environments that transcend geographic limitations, overcome the scarcity of local specialized services, and eliminate the fear of face-to-face judgment, ultimately promoting citizenship through democratized access to knowledge. Objective: To develop and implement an inclusive website (Progressive Web App - PWA) designed to promote health information and legal rights targeted at the LGBTQIAP+ population. Method: This is a qualitative methodological study where technological development is guided by the cyclic prototyping technique structured into four fundamental stages starting with communication for requirements gathering and mapping scientific evidence followed by rapid planning to define the information architecture and user-centered design moving forward to prototype construction with development on the Fábrica de Aplicativos (Fabapp) platform using PWA technology and concluding with initial tests for preliminary usability and interface evaluation while the theoretical-methodological framework is based on concepts of health equity and the regulatory frameworks of the Unified Health System (SUS). Results: The mapping process identified a significant gap between the legal text and the user's perception of rights, leading to the cataloging of 31 gender identity nomenclatures officially recognized for professional use, which were incorporated into the website's glossary. Preliminary results structured the website into three main axes integrating the health axis focused on welcoming, mental health, and guidelines that go beyond the reductionism of Sexually Transmitted Infections (STIs), the legal axis composed of informational materials on the criminalization of LGBTphobia (STF, 2019) and the new updates to the Racial Injury Law (2023), and the citizenship axis containing practical guidelines on the use of social names and document rectification. The use of PWA technology allows content to be accessed quickly via smartphone without consuming excessive device memory, which facilitates direct access for populations in situations of extreme vulnerability. Conclusion: The creation of the website constitutes an innovative nursing intervention capable of democratizing

access to qualified information. The technological product acts as a facilitator of individual autonomy, promoting citizenship and directly helping to reduce assistance inequity within the SUS. The proposed digital tool does not replace traditional face-to-face care, but it prepares the user for the service and educates the professional for a more humanized and resolutive practice.Keywords: Health information; LGBT persons; Public health policy.

References

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Políticas de saúde e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Physis, v. 28, n. 1, 2018.

FERREIRA, A. C. et al. Tecnologias digitais na promoção da saúde: potencialidades e desafios. Rev. Bras. Educ. Med., v. 44, 2020.

SAHIN, N. E. et al. Health status, health behaviours and healthcare access of LGBT. Journal of Advanced Nursing, 2019.

PARKER, R. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando uma epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

Introducción: La población LGBTQIAP+ enfrenta barreras históricas, institucionales y estructurales en el acceso a los servicios de salud, caracterizadas por la invisibilidad crónica de sus demandas, discriminación en los servicios asistenciales y una severa carencia de profesionales capacitados para brindar una atención humanizada. Aunque Brasil posea avances normativos como la Política Nacional de Salud Integral de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis y Transexuales (2011), la implementación efectiva de estas directrices tropieza con estigmas socioculturales arraigados, en el prejuicio institucional y en la fragmentación de la información calificada. Esta coyuntura de vulnerabilidad programática resulta en el alejamiento de este público de los servicios de salud preventiva, elevando el sufrimiento mental, el

diagnóstico tardío de patologías y los índices de violencia. Ante el avance de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs) y la consolidación de la salud digital, las herramientas virtuales surgen como dispositivos estratégicos cruciales para la Educación Permanente de trabajadores y para el empoderamiento de los usuarios. Estas funcionan como entornos seguros de acogida virtual que trascienden las limitaciones geográficas, superan la escasez de servicios especializados locales y eliminan el temor al juicio presencial, promoviendo la ciudadanía a través del acceso democratizado al conocimiento. Objetivo: Desarrollar e implementar un sitio web (Progressive Web App - PWA) inclusivo, destinado a la promoción de la información en salud y derechos legales dirigido a la población LGBTQIAP+. Método: Se trata de una investigación cualitativa de tipo estudio metodológico donde el desarrollo tecnológico es conducido por la técnica de prototipado cíclico estructurada en cuatro etapas fundamentales comenzando por la comunicación para el levantamiento de requisitos y mapeo de evidencias científicas seguida por la planificación rápida para la definición de la arquitectura de la información y diseño centrado en el usuario avanzando hacia la construcción del prototipo con el desarrollo en la plataforma Fábrica de Aplicativos (Fabapp) con tecnología PWA y finalizando con las pruebas iniciales para la evaluación preliminar de usabilidad e interfaz considerando que el referencial teórico-metodológico se basa en conceptos de equidad en salud y en los marcos regulatorios del Sistema Único de Salud (SUS). Resultados: El mapeo realizado identificó una brecha significativa entre el texto legal y la percepción de derecho por parte del usuario siendo catalogadas 31 nomenclaturas de identidad de género oficialmente reconocidas para uso profesional las cuales fueron incorporadas al glosario del sitio web. Los resultados preliminares estructuraron el sitio web en tres ejes principales integrando el eje de salud enfocado en acogida, salud mental y orientaciones que superan el reduccionismo de las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS), el eje jurídico compuesto por informativos sobre la criminalización de la LGBTfobia (STF, 2019) y las nuevas actualizaciones de la Ley de Injuria Racial (2023), y el eje de ciudadanía que contiene orientaciones prácticas sobre el uso del nombre social y rectificación de documentos. La utilización de la tecnología PWA permite que el contenido sea accedido de forma rápida vía teléfono inteligente sin ocupar memoria excesiva del dispositivo

lo que facilita el acceso directo de la población en situación de extrema vulnerabilidad. Conclusión: La creación del sitio web se configura como una intervención de enfermería innovadora y capaz de democratizar el acceso a la información calificada. El producto tecnológico actúa como un facilitador de la autonomía de los sujetos, promoviendo la ciudadanía y auxiliando directamente en la reducción de la inequidad asistencial en el SUS. La herramienta digital propuesta no sustituye la atención presencial tradicional, sino que prepara al usuario para el servicio y educa al profesional para una práctica más humanizada y resolutiva.

Palabras clave: Información en salud; Personas LGBT; Políticas públicas de salud.

Referencias

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. Políticas de saúde e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Physis, v. 28, n. 1, 2018.

FERREIRA, A. C. et al. Tecnologias digitais na promoção da saúde: potencialidades e desafios. Rev. Bras. Educ. Med., v. 44, 2020.

SAHIN, N. E. et al. Health status, health behaviours and healthcare access of LGBT. Journal of Advanced Nursing, 2019.

PARKER, R. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando uma epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

Palavras-chave: informação em saúde; pessoas lgbt; políticas públicas de saúde.